



**III SRCCC**  
Seminário Regional  
Comércio, Consumo e Cultura  
nas cidades  
Sobral-CE, 19 a 22 de junho de 2017

## OS ESPAÇOS DE LAZER E O CONSUMO NAS CIDADES

Laudenides Pontes dos Santos <sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como tema o lazer que, sobretudo na sociedade industrial se tornou uma esfera importante da vida social e a sua ascensão como um ramo de mercado nas cidades. O objetivo principal é discutir a importância do lazer a ineficiência dos espaços públicos de lazer das cidades atuais e o lazer como uma forma de consumo. É um artigo bibliográfico, pois visou fazer uma discussão teórica sobre os temas lazer, espaço público e consumo nas cidades. Como resultados, percebeu-se conforme os autores pesquisados que o lazer é muito importante para as pessoas seja para a qualidade de vida seja para a socialização, no entanto, as cidades muitas vezes não oferecem espaços públicos adequados para as atividades de lazer, dessa forma a esfera privada encontra aí uma oportunidade de negócio ofertando novos espaços de lazer com mais estrutura e segurança.

**Palavras-chaves:** lazer; espaço público; consumo.

### 1. Introdução

Desde a industrialização e aumento da urbanização a separação entre o tempo do trabalho e o tempo livre se tornou clara e o lazer vem ocupando importante papel para o preenchimento das horas livres dos trabalhadores, ou pelo menos, deveria ocupar. Para a efetivação do lazer um elemento imprescindível é o espaço, nesse caso principalmente, o espaço urbano.

É evidente que as cidades brasileiras na atualidade, em sua maioria, não são capazes de atender as necessidades básicas de seus moradores como moradia, saúde, mobilidade, segurança, educação e lazer. Nesse sentido, os espaços públicos destinados ao lazer da sociedade muitas vezes não estão presentes nas cidades de forma quantitativa e qualitativa, ou seja, com condições adequadas de uso.

Por outro lado, observa-se nas cidades o crescimento do número de espaços privados de lazer como: shoppings centers, restaurantes, clubes, parques temáticos, dentre outros. O lazer é um nicho lucrativo para o mercado, que se fortalece tendo em vista a precariedade dos espaços públicos de lazer ofertados e pela necessidade de diversão da sociedade.

---

<sup>1</sup> Prof<sup>a</sup>. Dra. do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí- IFPI, e-mail: laudenides.pontes@ifpi.edu.br

Este artigo tem como objetivo fazer uma reflexão teórica sobre a importância do lazer na sociedade atual e discutir a necessidade das cidades oferecerem espaços destinados a este fim sejam estes principalmente públicos, porque são democráticos e acessíveis a todos, e ainda do crescimento dos espaços privados que oferecem mais estrutura e segurança. Teve, portanto como metodologia uma revisão bibliográfica de autores que tratam do lazer Dumazedier (2008), Marcellino (2001; 2006, 2008), Camargo (2008), Reis (2006), e ainda de autores que tratam dos espaços públicos como Gomes (2004 2006, 2012), e autores que tratam da questão urbana como Carlos (2001, 2005) Santos (2001,2008), Sposito (2010), Vilaca (2001).

## 2. Lazer: aspectos teóricos

A palavra lazer vem do latim *licere*, ser lícito, ser permitido; e do arcaísmo *lezer*, que significa folga, descanso, ócio. Apesar da simplicidade literal, encontrar uma definição para a palavra lazer não é uma tarefa fácil. Ainda que essa palavra esteja muito presente no nosso cotidiano, é difícil precisar um significado único. As dificuldades estão desde o risco de se cair em uma visão parcial, considerando algumas atividades como lazer e outras não (por exemplo, pescar pode ser prazeroso para alguém, enquanto que para outros não), e ainda tratar este tema como supérfluo, diante de tantas outras necessidades sociais.

Por trás da aparente banalidade das práticas de lazer, existem muitos problemas e desafios sociais. Por que o lazer tem que ser tratado como um privilégio de algumas classes? Por que está acontecendo uma grande mercantilização? Como as cidades podem oferecer aos seus moradores espaços para estas práticas? A necessidade de diversão e descanso existe somente para os mais ricos?

Várias atividades podem ser consideradas lazer: conversar com um amigo, jogar videogame, fazer uma caminhada, praticar um esporte, assistir a uma peça de teatro, dormir, jantar em um restaurante, cuidar de plantas, ler, dentre várias outras. No entanto, uma atividade pode ser considerada lazer para uma pessoa, enquanto que para outra não. É difícil definir o que é uma atividade de lazer, pois estas têm caráter subjetivo.

Gutierrez (2001) afirma que apesar dos esforços de muitos autores, o tema lazer ainda não está consolidado dentro das ciências humanas e o chama de “quase clandestino”. Este fato traz muito prejuízo, uma vez que enfraquece o debate sobre o tema; porém, por outro lado, afirma o autor, está mais livre de conceitos tradicionais.

Marcellino (2006) destaca dois aspectos importantes para melhor entendimento do lazer: a atitude e o tempo. O autor afirma que o lazer pode ser considerado uma atitude, ou seja, uma satisfação provocada por algum tipo de atividade. Quando considerado o fator tempo, destaca as

atividades desenvolvidas no tempo liberado do trabalho como lazer. É necessário, no entanto, que estes dois fatores sejam combinados para um melhor entendimento do que seja o lazer; como afirma Lima: “O que se percebe é que se torna indispensável uma compreensão ampla das questões temporal e atitudinal quando se analisam as possibilidades de lazer na sociedade atual” (2006, p. 78).

Há uma tendência que considera apenas atitude, sem considerar que é preciso um tempo livre para o lazer. No entanto, o trabalho requer obrigatoriedade, por isso mesmo proporcionando prazer, não pode ser considerado lazer. A outra ênfase é no tempo livre. Não é preciso apenas tempo para que aconteça o lazer. Como exemplo, temos os desempregados com muito tempo livre, o qual para eles, no entanto, é um martírio e não lazer.

Nas sociedades pré-industriais da época atual, encontramos numerosos trabalhadores que o subdesenvolvimento tecnológico priva de empregos, ou os condena a empregos esporádicos de curta duração. Não falaremos, então, de tempo liberado, muito menos de lazer, mas de tempo desocupado (DUMAZEDIER, 2008, p. 27).

Dentre as diversas definições sobre lazer, existentes no campo sociológico, Dumazedier (2008) destaca quatro: a primeira considera que o lazer não é uma categoria específica, pois pode estar presente em qualquer atividade do cotidiano (até mesmo no trabalho), seria então mais uma atitude do que uma atividade (visão psicológica); a segunda concepção contrapõe lazer e trabalho, todas as atividades que não fossem enquadradas no trabalho profissional seriam, portanto, lazer (visão dos economistas); a terceira exclui do lazer, além do trabalho profissional, as obrigações familiares; por último, tem-se a concepção que considera o lazer como o tempo livre das obrigações dos campos trabalhista, familiar, político e espiritual.

Para Dumazedier (2008), a última definição é a que melhor caracteriza o lazer, uma vez que as demais consideram tempos destinados para afazeres domésticos, participação em instituições políticas ou religiosas como lazer. Desta forma, o autor elabora o seguinte conceito para lazer:

Como um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se, de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua formação ou informação de forma desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 2008, p. 91).

Além de atividades, alguns autores consideram também o ócio como uma forma de lazer, como é o caso de Marcellino:

Cultura, compreendida em seu sentido mais amplo, vivenciada no tempo disponível. É fundamental como traço definidor o caráter desinteressado dessa vivência. Ou seja, não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela própria situação. A disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade ou pelo ócio (MARCELLINO, 2008, p. 13).

Observa-se que, para ambos os autores, o lazer é caracterizado pelo caráter voluntário e descomprometido que o envolve. São atividades em que a pessoa busca apenas satisfação pessoal que pode ser adquirida pelo descanso, por jogos, por vivência social ou até mesmo por algum tipo de aprendizagem.

Para Camargo (2008), o lazer tem algumas propriedades: escolha pessoal, gratuidade, prazer, liberação. No entanto, adverte que, considerando as limitações de escolha existentes na sociedade, impostas pelo nosso modo de produção, convenções culturais e sociais e modismos, não se pode falar em total liberdade para escolher o tipo de lazer, somente em uma maior liberdade do que no trabalho:

Um operário decide mais livremente sobre o seu lazer após o expediente – se vai ficar bebendo e conversando com os amigos ou se vai para casa assistir uma novela – do que sobre a sua rotina de trabalho, normalmente determinada por outros [...] por livre escolha no lazer, entende-se assim a existência de um tempo precioso onde se pode exercitar com mais criatividade as alternativas de ação ou de participação (CAMARGO, 2008, p. 10-11).

Outra característica primordial para definir o lazer seria o seu caráter gratuito e desinteressado. No tempo destinado ao lazer não há uma preocupação em obter lucro, mas somente fazer pelo prazer. O prazer é outra propriedade do lazer: “em toda escolha de lazer, existe o princípio da busca do prazer” (CAMARGO, 2008, p. 12). Além da gratuidade e do prazer, a liberação, busca libertar das obrigações, da rotina, do cansaço que o cotidiano do trabalho impõe. O trabalho pode ser considerado enfadonho, assim, o lazer tem o papel de recarregar as energias, e existem, ainda, os casos em que a jornada de trabalho é tão intensa que o tempo livre é visto, fundamentalmente, como um tempo de descanso.

Para melhor definição do objeto lazer, serão utilizadas as características propostas por Dumazedier (2008). O autor considera o lazer como um fato social, portanto, não pode ser tratado de forma isolada dos outros; ou seja, este se relaciona com o trabalho, com a educação, a família, a política e a religião. Mas possui quatro características que o distingue de qualquer outra esfera social, são elas: o caráter liberatório, o caráter desinteressado, o caráter hedonístico e o caráter pessoal.

O lazer resulta de uma livre escolha, mesmo dentro de limitações e modismos, e implica liberação de obrigações de trabalho e familiares, considerando o fator tempo. Desta forma, ele ocorre quando o indivíduo se liberta de suas obrigações com o trabalho profissional, com a família, com as instituições sociopolíticas e socioespirituais. As atividades praticadas como lazer não têm nenhum interesse financeiro, utilitário, ideológico ou proselitista, por isso são desinteressadas.

Quando o indivíduo pratica alguma atividade de lazer, com algum outro interesse, que não seja sua satisfação pessoal, por exemplo, no momento em que alguém vai a uma festa na empresa para agradar ao patrão, fala-se aí não mais em lazer, temos um semilazer, como define Dumazedier: “é uma atividade mista em que o lazer é misturado a uma obrigação institucional” (2008, p. 95).

Outro conceito de lazer é trazido por Gutierrez (2001), em que o autor o define como qualquer busca pessoal de prazer. Observa-se que, nesta visão, é desconsiderado o fator tempo, ou seja, é uma atividade que pode ser praticada até mesmo no horário do trabalho. Para defender sua visão, o autor afirma:

Um conceito assim amplo possui algumas vantagens: adapta-se bem as manifestações mais comuns de lazer, como práticas esportivas, culturais, jogos, etc. e evita, a tentação de propor recortes gerais, ignorando a especificidade empírica do objeto estudado (GUTIERREZ, 2001, p. 69).

É notável, portanto, a variedade nos conceitos de lazer. Para este trabalho, consideramos lazer como as atividades praticadas no tempo livre do trabalho e de outras obrigações que proporcionam prazer ao indivíduo:

Acreditamos ser a um só tempo mais válido e mais operatório destinar o vocábulo lazer ao único conteúdo do tempo orientado para a realização da pessoa com fim último. Este tempo é outorgado ao indivíduo pela sociedade quando este se desempenhou, segundo as normas sociais do momento, de suas obrigações profissionais, familiares, socioespirituais e sociopolíticas (DUMAZEDIER, 2008, p. 90).

Para Dumazedier (2008), duas condições prévias foram necessárias para que o lazer se tornasse possível para a maioria dos trabalhadores: primeiro, a desvinculação das obrigações sociais dos rituais; a outra é o trabalho profissional ter ganhado mais destaque do que as outras atividades, ficando bem clara a definição entre a hora do trabalho e o tempo livre. Dessa forma, para o autor só é possível falar de lazer para as sociedades industriais, visto que nos outros tipos de organização esta separação não era muito nítida.

Foi, portanto, após a Primeira Revolução Industrial que as discussões acerca do lazer ganharam força, pois os benefícios da produção em massa não atingiram todas as classes. De um lado, a classe dominante podia usufruir dos bens produzidos; do outro, a classe operária sofria com a exploração, haja vista que tinha pouco tempo para descanso e lazer devido às massacrantes jornadas de trabalho. Foi neste período que o lazer passou a ser tratado como esfera importante da vida social:

O lazer como instância distinta e específica da vida social só é percebido com o advento da Revolução Industrial e a separação dos espaços familiares, comunitários e profissionais, ou seja, existe no objeto lazer um aspecto histórico de “não-trabalho” (GUTIERREZ, 2001, p. 6).

É nessa sociedade industrial e urbanizada que se torna mais evidente a necessidade do lazer para o trabalhador. As grandes jornadas de trabalhos absorvem muito tempo e consomem muitas vezes a saúde das pessoas. É no tempo do lazer que as pessoas vão descansar, ou através de uma atividade prazerosa se recompor para as próximas atividades. Dessa forma a discussão sobre lazer e os espaços para que este possa ser praticado torna-se muito importante.

### 3 Os espaços públicos de lazer na cidade

Com o avanço das técnicas, o espaço foi sendo modificado pelo homem e adquirindo novas formas, o que possibilitou novos espaços também para o lazer. O surgimento das cidades representou não só um aglomerado de pessoas com novas atividades econômicas, mas principalmente uma nova forma de vida, novas formas de se relacionar socialmente, novos trabalhos e, conseqüentemente, a institucionalização do lazer como um componente da vida social.

Os espaços ou equipamentos de lazer públicos na cidade são necessários para o bem-estar dos cidadãos, seja por proporcionar lugar para atividades físicas, brincadeiras, jogos, eventos culturais, ou ainda por representar um espaço para o contato com a natureza, tendo em vista a grande artificialização da paisagem que ocorre principalmente nas grandes cidades. O contato com a natureza pode ser feito durante passeios em praças e parques.

Os espaços públicos abertos são, a cada dia, mais necessários e de vital importância nos meios urbanos. Esses espaços podem agregar qualidade ao ambiente urbano, através do favorecimento de condições técnicas ligadas ao uso (funcionalidade), condições ambientais e sanitárias (salubridade) e condições de convívio e lazer (sociabilidade), além de fornecer atributos estéticos ao lugar (CUNHA, 2003, p. 31).

Além desse contato com a natureza, estes espaços podem propiciar o convívio social que hoje é tão prejudicado pelo isolamento das pessoas nas cidades. Sem o convívio não há uma formação de identidade e pertencimento a uma comunidade, dessa forma, as ações reivindicatórias são enfraquecidas:

Com o crescimento desordenado das cidades, agrava-se o isolamento de seus habitantes, e sua condição de passividade frente às decisões que afetam diariamente a sua vida diária. É perfeitamente lógica, nesse esquema de raciocínio, a falta de espaço para o lazer, quase sempre colocado numa falsa hierarquia de necessidades. Nas grandes cidades atuais sobra pouca ou quase nenhuma oportunidade espacial para a convivência (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2008, p. 138).

Quando promove o fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares, pode corroborar para se alcançar uma diminuição nos índices de violência. Além disso, é inegável a importância do lúdico para a educação e crescimento pessoal. Gutierrez (2001) cita a importância do lazer na educação infantil, na qual o lúdico é fundamental para a socialização, e amadurecimento intelectual das crianças, uma vez que é por meio de brincadeiras que estas têm contato com o outro e com o mundo do conhecimento.

O lazer também apresenta importante papel na valorização dos espaços da cidade: “em suma, podemos dizer que o lazer vem se tornando um poderoso instrumento de valorização do espaço,

favorecendo o grande capital imobiliário e acentuando a natureza segregacionista da urbanização contemporânea” (MASCARENHAS, 2010, p. 151).

Apesar de estar claro o entendimento do lazer como necessidade humana, ainda existem muitos fatores que limitam a sua vivência. Marcellino (2008) denomina-os de barreiras interclasses sociais e intraclasses sociais. As primeiras são as de ordem econômica, que limitam o lazer por falta de recursos financeiros, estas atingem de forma mais evidente as classes menos favorecidas. As barreiras intraclasses são as de gênero, as de faixa etária, preconceito e as de meio ou espaço.

Dessa forma, a classe social, o nível de instrução, a faixa etária, o gênero, entre outros fatores, limitam as oportunidades de práticas do lazer. São indicadores indesejáveis e necessitam ser atacados por uma política que objetive a democratização do lazer (MARCELLINO, 2008, p. 14-15).

Dentre as dificuldades em se vivenciar o lazer está o tempo dispendido nos deslocamentos longos. Santos (2000) destaca a mobilidade ruim nas cidades, resultado de serviços de transporte público precários:

Como morar na periferia, é na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres, eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos. É o mesmo que se dá com os transportes. Caros e ruins. Ruins e demorados (SANTOS, 2000, p. 47).

O crescimento das cidades gerado pelo aumento da população muitas vezes origina um déficit nos equipamentos de lazer. Os novos bairros, conjuntos habitacionais ou até mesmo vilas e favelas que vão surgindo para abrigar aquela população de menor poder aquisitivo, que foi expulsa dos centros ou composta por migrantes, carecem de estruturas de lazer, as quais aos poucos vão sendo reivindicadas pela sociedade organizada em associações comunitárias (que se encontram enfraquecidas atualmente). Esse processo, no entanto, leva tempo, e quando o equipamento chega já não condiz com as reais condições da comunidade.

Se procedermos à relação lazer/espaço urbano verificaremos uma série de descompassos derivados da natureza do crescimento de nossas cidades, relativamente recente e caracterizado pela aceleração e imediatismo. O aumento da população urbana não foi acompanhado pelo desenvolvimento de infraestrutura adequada, o que gerou desníveis na ocupação do solo e diferenciou marcadamente, de um lado, as áreas centrais ou os chamados pólos nobres, concentradores de benefícios, e de outro a periferia, com seus bolsões de pobreza, verdadeiros depósitos de habitações (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2008, p. 134).

Além da falta de equipamentos de lazer, outro problema encontrado nas cidades é a centralização das áreas de lazer em bairros maiores e áreas nobres. Por serem mais antigos e com maior organização reivindicatória junto ao agente público, estes bairros conseguem mais benefícios. Os novos conjuntos habitacionais destinados às classes de renda menor, muitas vezes, são pensados



sem dispor de áreas livres para o lazer da população. Os espaços livres, quase sempre, pertencem a promotores imobiliários ou proprietários fundiários que usam a terra para especulação. A ausência destes equipamentos é ainda mais grave em bairros originados a partir de ocupações irregulares, “invasões” e favelas que surgem sem o mínimo de estrutura básica.

Justamente as pessoas que não podem contar com as mínimas condições para a prática do lazer em suas residências e para quem o transporte adicional, além de economicamente inviável, é muito desgastante. Nesse processo cada vez menos encontramos locais para os folguedos infantis, para o futebol de várzea, ou que sirvam como pontos de encontro de comunidades locais (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2008, p. 135).

A falta de espaço se configura hoje como uma das barreiras que podem dificultar o lazer. É visível nas grandes cidades a centralização dos equipamentos de lazer. Os teatros, ginásios poliesportivos estão restritos a alguns espaços, enquanto a maioria da população é empurrada para a periferia pelo encarecimento das moradias nas cidades. A infraestrutura espacial não acompanha o crescimento demográfico urbano. Para tornar o lazer mais acessível, primeiramente, é preciso pensar que todos os cidadãos têm o direito à cidade, e, dessa forma, os espaços de lazer devem ser concebidos de forma mais democrática possível.

Apesar de ser um direito reconhecido, os espaços públicos urbanos ainda não são capazes de oferecer o lazer a seus moradores na sua totalidade. Isso se deve ao fato de que a infraestrutura urbana necessária para a qualidade de vida da população está em descompasso com o crescimento espacial e populacional das cidades, o que gera déficits quantitativos e soma-se ainda a depredação dos espaços existentes. Marcelino (2008, p.140) afirma: “a grande maioria das nossas cidades não conta com um número suficiente de equipamentos específicos de lazer para o atendimento da população”.

Também é preciso considerar a necessidade de construir espaços de lazer próximos dos locais de residências das populações mais pobres. Conforme já abordado, as jornadas de trabalho da maioria da população, as distâncias a serem percorridas e as dificuldades de deslocamento são aspectos que se agravam em muitas cidades, se nos basearmos no custo e na ineficiência dos sistemas de transportes públicos.

A maior parte da população, no entanto, tem de usufruir o lazer local: cinema, praças e até mesmo somente a rua, para aquelas pessoas de baixíssimo poder aquisitivo. O deslocamento dessas pessoas entre as cidades torna-se muito mais limitado em virtude do preço dos combustíveis ou das passagens de ônibus (SPOSITO, 2010, p. 53).

Um dos motivos para a falta de espaços de lazer nas cidades, segundo Dumazedier (2008), é que a cidade muitas vezes não é considerada como um centro de lazer, mas prioritariamente como um centro econômico, administrativo e militar; o seu estudo como lugar de convívio social, familiar e criação cultural é colocado em segundo plano.



Outro problema que dificulta a utilização dos espaços públicos de lazer nas cidades é a insegurança. A violência afasta as pessoas dos espaços públicos, principalmente aquelas que podem usufruir de espaços privados, aumentando a segregação social e impossibilitando as relações entre grupos e classes diferentes, que poderiam ter conteúdo valioso para uma mudança social.

#### 4 O lazer e o consumo nas cidades

Segundo Cavalcanti (2011), a cidade apresenta possibilidades diferentes, conforme a renda; para os com maior condição financeira, há o automóvel, o *fast food*, o computador pessoal, enquanto para os mais pobres:

O que está disponibilizado é uma cidade de “segunda linha”: o celular, a *pizza* de esquina, o churrasquinho do bar, desfrutado com uma cervejinha na calçada, a escola de periferia, o SUS, com filas intermináveis, os pontos de ônibus lotados, as horas passadas no ônibus (p. 116).

No que se refere ao lazer, essa problemática é maior, uma vez que este setor tem sido pomenorizado pela esfera pública e valorizado pela esfera privada. O acesso aos espaços de lazer é um fator que segrega tendo em vista os poucos espaços públicos para esse fim ou ainda pela ocupação privada destes, dificultando seu uso. Além disso, outros problemas estruturais afastam e dificultam o lazer nas cidades, dentre estes, a violência, de forma notória, afasta as pessoas do espaço público nos dias atuais.

Atualmente as cidades apresentam inúmeros problemas; independente de seu tamanho, é difícil equacionar população, recursos, planejamento eficiente e vontade política. Esta contradição resulta em um descompasso entre o que a cidade oferece e as necessidades dos cidadãos. São variados os problemas, dentre estes: falta de emprego e habitação; serviços públicos incipientes; construções irregulares; problemas ambientais e poluição e falta de áreas verdes; frágil mobilidade urbana; violência; mendicância. Tais problemas atingem mais gravemente a população mais pobre.

Santos (2000) fala do espaço sem cidadãos que é aquele que não apresenta serviços a sua população, situação agravada nas periferias das cidades:

Olhando-se o mapa do país, é fácil constatar extensas áreas vazias de hospitais, postos de saúde, escolas secundárias e primárias, informação geral e especializada, enfim áreas desprovidas de serviços essenciais à vida social e à vida individual. O mesmo, aliás, se verifica quando observamos as plantas das cidades em cujas periferias, apesar de uma certa densidade demográfica, tais serviços estão igualmente ausentes. É como se as pessoas nem lá estivessem (SANTOS, 2000, p. 43).

A cidade capitalista obedece a uma lógica de mercado. A construção da sua forma e a distribuição da sua população está intrinsecamente ligada aos interesses do capital. Santos (2001)

denomina este processo de urbanização corporativa, pois afirma que o crescimento das cidades obedece a interesses de grandes firmas: “o capitalismo monopolista agrava a diferenciação quanto a dotação de recursos, uma vez que parcelas cada vez maiores da receita pública se dirigem à *cidade econômica* em detrimento da *cidade social*” (SANTOS, 2001, p. 107).

Um dos fatores que levam as pessoas a procurar os espaços privados é a busca por mais segurança, uma vez que a violência urbana se tornou uma questão central nos dias atuais. A construção de condomínios fechados que oferecem inúmeros dispositivos, e que, em tese, protegem seus moradores, é um novo segmento do mercado imobiliário, que contribui para a segregação na cidade. Este fenômeno foi chamado por Gomes (2006) de aparecimento das ilhas utópicas.

No lazer esta tendência também é visível, uma vez que nos próprios condomínios existem estruturas de lazer e há ainda equipamentos específicos para este fim que permitem às pessoas de maior renda optar por um lazer mais exclusivo, abandonando espaços coletivos como clubes e associações.

Por outro lado, a população mais pobre também está longe do centro, mas a periferia neste caso é outra, geralmente são terrenos inapropriados para construções, “invasões”, conjuntos habitacionais, que, por muito tempo, ficam esquecidos do poder público, sem a infraestrutura mínima, sem transportes. A população mais pobre também procura as áreas mais distantes, mas por outros motivos: “os terrenos são mais baratos, falta infraestrutura e existe a possibilidade de autoconstrução” (CARLOS 2005, p. 41).

O individualismo moderno, ligado à implosão das orientações socioculturais e à crise da cidade, aponta para o fato de que as transformações do processo de reprodução do espaço urbano tendem a separar e dividir seus habitantes na cidade em função das formas de apropriação, determinadas pela existência da propriedade do solo urbano. A acomodação de cada um num endereço específico aponta para uma segregação espacial, bem nítida, possível de ser observada na paisagem (CARLOS, 2011, p. 135).

O que determina a construção da cidade é o uso do seu solo, que pode ter várias finalidades: comercial, residencial, circulação, industrial, entre outras. Estes usos muitas vezes geram conflitos de interesses, pois vários segmentos da sociedade visam este espaço, enquanto o indivíduo comum vê a terra como elemento essencial para a sobrevivência, sendo seu abrigo e moradia. A grande empresa a vê como uma mercadoria à espera de condições mercadológicas para ser vendida. Desta forma, pode-se dizer que o espaço urbano possui um valor de uso, no primeiro caso, e um valor de troca, no segundo. Sobre a criação de áreas segregadas:

Serão diferentes os poderes de domínio sobre o espaço urbano, de duas sociedades urbanas com as mesmas características sociais, culturais, econômicas e políticas, se suas espacialidades forem diferentes. A segregação é um processo necessário para que haja esse domínio. A segregação consiste, pois, numa determinada espacialidade, sem a qual esse domínio não pode existir. (Villaça, 2001, p.359)

Na busca de um lazer seguro, surgem então os condomínios fechados, que oferecem muitos equipamentos de lazer, como, por exemplo, áreas verdes, piscinas, parques infantis, academias, pistas para caminhadas, e muitos outros atrativos, dependendo da classe a que estão destinados. Cresce, então, por um lado, a comercialização do lazer; e, por outro, o isolamento social.

Neste contexto, é reforçado o papel da casa como um equipamento de lazer; esta é um refúgio seguro. Os que podem possuem casas amplas com áreas para encontros, sala de cinema, jardins, mas esta é uma realidade somente para pequena parte da população:

A violência e a falta de segurança são apontadas como fatores que impedem a escolha do lazer das pessoas, contribuindo para que fiquem reféns de suas próprias casas, aumentando o já elevadíssimo número de indivíduos que tem na casa o seu principal "equipamento" de lazer (MARCELLINO et al., 2008, p. 139).

Tendo em vista a ineficiência dos espaços públicos para o lazer encontrados na cidade, o lar ainda é o principal espaço de lazer para as famílias, pois, mesmo com os deslocamentos facilitados pelo automóvel, muitas pessoas ainda encontram em suas próprias casas um espaço propício e seguro para o lazer:

Saimos de uma situação histórica, na chamada 'sociedade tradicional', em que o brincar e o trabalhar convivia com o ambiente familiar no espaço da casa e seu entorno. Por uma série de razões, na 'sociedade contemporânea', a casa volta a ser cada vez mais, um lugar de morar, de trabalhar e de brincar (MARCELLINO et al., 2008, p. 138).

O problema deste fato é que, para a maioria das pessoas, a casa é um espaço pequeno que supre apenas as necessidades básicas, haja vista o tamanho das casas de projetos populares, como os conjuntos habitacionais, em que as unidades são pequenas e, muitas vezes, não é previsto um espaço comum para o lazer de seus moradores. Torna-se ainda mais grave se considerarmos as ocupações irregulares. Desse modo, a casa pode ser um importante equipamento de lazer, no entanto, não é uma realidade para todos. As casas são cada vez menores para os pobres, sem conforto nem privacidade.

A normalidade estabelecida para os pobres por definição oficial, aconselhada e defendida por pseudo-intelectuais, passou a autorizar a construção de habitações tão pequenas que conduzem a toda espécie de confinamentos e promiscuidades [...] na cabeça tortuosa de tais técnicos, as pessoas tem necessidades essenciais em função da classe a que pertencem (SANTOS, 2000, p. 46).

O enclausuramento social privilegia o lazer praticado em espaços privados: *shoppings centers*, clubes, cinemas, entre outros. Estes, no entanto, não possuem o mesmo potencial de sociabilidade dos espaços públicos, uma vez que são espaços marcados pela homogeneidade e tentam reproduzir características globais diminuindo as particularidades locais:

Em contrapartida a retração dos espaços públicos a o surgimento de outros espaços para o encontro social como os *shoppings centers*, os parques temáticos, as feiras, no entanto,

estes não têm como princípio o encontro com o diferente, pelo contrário prezam pela homogeneidade dos indivíduos que os frequentam (GOMES, 2004).

Os folgedos populares ficam cada vez mais escassos, pois a tradição que passava de pai para filho não tem mais tempo para se perpetuar, uma vez que a mídia valoriza culturas estrangeiras que acabam sendo adotadas. O tempo livre é cronometrado e, muitas vezes, não é desfrutado com lazer, mas com outras obrigações.

Outra possibilidade que pode ser alcançada pelo estudo do lazer de uma sociedade é a diferenciação entre as classes sociais, o que define, entre outras nuances, o acesso aos bens materiais e culturais, o espaço ocupado, os lugares frequentados, as opções de lazer acessíveis; ou seja, a sociedade capitalista é contraditória não só no campo do trabalho, mas também no lazer, no momento em que este ultrapassa a esfera emocional e chega às relações mercadológicas.

A transformação da cultura em mercadoria e sua correspondente massificação e consumo como atividade de lazer terminam por delimitar um campo particularmente rico para a percepção das condições e tensões contemporâneas (GUTIERREZ, 2001, p. 67).

Considera-se, portanto, que a busca pelo lazer, feita pelo indivíduo, possui certa subjetividade e liberdade. Esta última encontra limites como a mercantilização de algumas atividades e até de alguns espaços. Os espaços que eram públicos tornaram-se marginalizados, e novos espaços foram criados para serem vendidos, excluindo as camadas da população que não podem pagar por elas.

A sociedade atual vem buscando a felicidade através do consumo; a evolução da indústria cria a todo o momento novos produtos para atender necessidades reais, mas também necessidades criadas, posto que além das mercadorias vendem-se serviços. Os meios de comunicação e a propaganda vendem estes produtos, ditam moda e prometem a felicidade pelo consumo.

Na busca pela posse de bens almejados tanto as elites como a classe média e as classes com menor poder aquisitivo são contagiadas de diferentes formas e sob abordagens diversas. Esta busca pela felicidade via consumo atinge todos os membros da sociedade (ORTIGOZA; LOMBARDO, 2011, p. 20).

Os espaços de lazer compreendem tantos equipamentos públicos quanto privados. Atualmente, tem-se uma tendência à valorização do privado, o que traz novos tipos de espaços. Se antes os idosos se encontravam na praça, hoje, muitas vezes os *shoppings centers* assumem este papel; se antes as crianças brincavam na rua, perpetuando a cultura popular das cantigas de roda e as brincadeiras em grupo que fortaleciam seus laços de amizade, hoje, consomem produtos eletrônicos, como *vídeo games* e programas de TV, Internet. Ou seja, novos espaços de lazer são criados e vendidos, substituindo os espaços públicos. No entanto, estes novos produtos não são acessíveis a todos, aprofundando as desigualdades de acesso ao lazer.

A produção e reprodução das formas de lazer transforma-o em uma mercadoria rentável. E o avanço das técnicas e tecnologias surge para propiciar cada vez mais opções àqueles que podem pagar. É possível observar também uma tendência na construção de novas áreas para este fim como clubes privados, quadras de esportes privadas, cinemas, ampliação e projeto para a reforma e construção de novos *shoppings centers*, bares, restaurantes. Além disso, a cada dia, a construção dos condomínios fechados apresenta o lazer como um dos atrativos destes empreendimentos: quadras de esportes, piscinas, parques, área para equitação, salão de festas. Enfim, os espaços de lazer entram no circuito da troca e cativam cada vez mais consumidores.

O lazer, na sociedade da diferença, também muda de sentido, passa a ser cooptado pelo desenvolvimento da sociedade de consumo. O lazer torna-se uma nova necessidade e, para satisfazê-la, produz-se uma nova atividade econômica, com ocupações específicas que engendram novos espaços e/ou novas formas de uso do mesmo espaço. Nesse sentido, espaços transformam-se com o objetivo de atrair clientela (REIS, 2006, p. 298).

Enquanto as classes sociais média e alta podem desfrutar de lazer em seus espaços privatizados, em seus condomínios fechados, as classes mais pobres, as quais não possuem muitas opções, necessitam de encontrar nos espaços públicos da cidade opções de lazer. No entanto, observa-se uma ineficiência do poder público em executar essa função. Os investimentos em equipamentos de lazer são feitos, na maior parte, pela iniciativa privada, dessa forma, o espaço público ou tem carência destes equipamentos ou os apresentam em má qualidade.

A falta de espaços de lazer públicos próximos e disponíveis faz com que os cidadãos busquem alternativas; o mercado encontra aí uma nova demanda. Além disso, as áreas ricas em elementos naturais, como rios, lagos, áreas verdes estão ficando escassas, haja vista os problemas ambientais que se agravam nas cidades. Esses fatos corroboram para a necessidade de se discutir o lazer nas cidades seja este como um direito que tem que ser garantido como, seja como um novo ramo do consumo nas cidades.

## **5 Considerações finais**

A esfera do lazer revela muito sobre a sociedade em muitos aspectos: a cultura, o conjunto de regras explícita ou implicitamente estabelecidas, a estrutura de classes, os modismos, a ética e a moral, isto no campo do imaterial. No lado material, as condições de infraestrutura também ampliam ou restringem este campo, a falta de espaços, equipamentos e mobilidade influenciam na qualidade do lazer, o qual incide na análise geográfica a fim de entender como esta esfera é importante para a vida em sociedade, de modo que é imprescindível verificar se o meio (espaço) possibilita atividades de lazer na contemporaneidade, o que se torna mais urgente no que se refere ao espaço urbano.

Com a precariedade dos espaços públicos de lazer e com a valorização dessa esfera na vida social atualmente, os espaços privados para o lazer são uma alternativa para quem pode pagar por eles. No entanto, é importante que o poder público não prescindia do seu dever de dotar as cidades de espaços públicos de lazer, uma vez que nem todos os cidadãos podem pagar pelos espaços privados.

## 6 Referências

CAMARGO, Luiz O. Lima. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CARLOS, Ana F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CAVALCANTI, Lana de Sousa. **A Geografia escolar e a cidade**: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. São Paulo: Papyrus, 2011.

CUNHA, Rita Dione Araújo. Os espaços públicos abertos e as leis de uso e ocupação: uma questão de qualidade para ambientes sustentáveis. **Anais...** apresentado no III Encontro Nacional Sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis (ENECS), 2003.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. Tradução de Sílvia Mazza e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2008.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Olhares geográficos**: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. O silêncio das cidades: os espaços públicos sob ameaça, a democracia em suspensão. In: **Cidades, Revista Científica**, Presidente Prudente, v. 2, n. 4, p. 249-265, 2004.

\_\_\_\_\_. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GUTIERREZ, G. L. **Lazer e prazer**: questões metodológicas e alternativas políticas. Campinas: Autores Associados, 2001.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e humanização**. Campinas-SP: Papyrus, 2001.

\_\_\_\_\_. **Estudos do lazer**: uma introdução. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e sociedade**: múltiplas relações. 3. ed. Campinas: Alínea, 2008.

MARCELLINO, Nelson Carvalho, BARBOSA, Felipe soligo, MARIANO, Stephanie Helena. Espaços e equipamentos de lazer: apontamentos para uma política pública. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Políticas públicas de lazer**. Campinas-SP: Alínea, 2008.

MASCARENHAS, Gilmar. Contribuições da Geografia para o estudo do lazer. In: MELO, Victor Andrade de. (Org.). **Lazer**: olhares multidisciplinares. Campinas-SP: Alínea, 2010.

ORTIGOZA, Sílvia Aparecida Guarnieri; LOMBARDO, Magda Adelaide. **No “clima” do consumo:** implicação do consumo nas mudanças climáticas globais. Rio Claro: Divisa, 2011.

REIS, Carla de Brito. Os novos lugares de lazer na metrópole do Rio de Janeiro. In: SILVA, C. A. da; FREIRE, G., OLIVEIRA, J. G. de. (Org.). **Metrópole:** governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: Faperj, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** 5. ed. São Paulo: Nobel, 2001.

\_\_\_\_\_. **Manual de Geografia urbana.** 3. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira.** 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SPOSITO, Eliseu Silvério. **A vida nas cidades.** São Paulo: Contexto, 2010.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intraurbano no Brasil.** São Paulo: Nobel, 2001.